

PARTE II
PROCURADOR

26. Em relação aos direitos de nacionalidade previstos na Constituição, assinale o correto.
- A) A Constituição admite a perda de nacionalidade do brasileiro nato.
 - B) Aos portugueses, com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos na própria Constituição.
 - C) É privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
 - D) A Constituição prevê que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
27. Em relação ao controle de constitucionalidade, é correto afirmar que
- A) no caso do controle difuso, os efeitos da declaração de inconstitucionalidade afetam somente as partes envolvidas no processo, de forma retroativa, em regra, de modo a desfazer, desde sua origem, o ato declarado inconstitucional, juntamente com todas as conseqüências dele derivadas.
 - B) no caso do controle difuso, os efeitos devem ser interpartes, podendo, entretanto, ser ampliados por motivo de excepcional interesse social.
 - C) compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade contra atos normativos federais, estaduais ou municipais.
 - D) emendas constitucionais, por gozarem do caráter de normas constitucionais, não são passíveis de controle de sua constitucionalidade.
28. Assinale o correto.
- A) As normas constitucionais que proclamam direitos sociais são normas programáticas, sem eficácia jurídica, representando apenas programas políticos de ação para os poderes constituídos.
 - B) Qualquer brasileiro é parte legítima para propor ação popular contra ato de administrador público lesivo ao patrimônio público.
 - C) Em caso de perigo público iminente, a autoridade competente pode usar a propriedade de particular, que somente será indenizado, posteriormente, se houver dano.
 - D) A proibição de uso de prova ilícita aplica-se ao processo criminal, mas não ao processo administrativo.
29. Compete, privativamente, à União, legislar sobre
- A) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, tributário e do trabalho.
 - B) comércio exterior e interestadual.
 - C) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
 - D) procedimentos em matéria processual.
30. Sobre os Municípios, podemos afirmar, corretamente, que
- A) são regidos por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 - B) o número de Vereadores é proporcional ao número de eleitores do Município.
 - C) o julgamento do Prefeito e dos Vereadores ocorre perante o Tribunal de Justiça.
 - D) a existência de inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos somente se dá no exercício do mandato e na circunscrição do Município.
31. No que concerne a cargos públicos, assinale o correto.
- A) Somente é possível a acumulação de cargos públicos se um deles não for remunerado, como nos serviços voluntários.
 - B) É possível a acumulação remunerada de dois cargos de enfermeiro, desde que haja compatibilidade de horário.
 - C) É possível a acumulação remunerada de dois cargos de engenheiro, desde que haja compatibilidade de horário.
 - D) É possível a acumulação de cargos com profissões regulamentadas, desde que haja compatibilidade de horário.
32. Segundo a Lei 8.666/93, são modalidades de Licitação:
- A) tomada de preços, melhor técnica, pregão.
 - B) concorrência, convite, melhor preço.
 - C) concorrência, concurso, pregão.
 - D) tomada de preços, convite, concurso.

33. Em relação ao Ato Administrativo, podemos afirmar, corretamente, que
- A) anulação é a extinção do ato administrativo por motivo de ilegalidade, feita pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, desfazendo os efeitos do ato produzidos no passado.
 - B) anulação é a extinção do ato administrativo discricionário, por questão de mérito, feita pela Administração Pública, preservando os efeitos do ato produzidos no passado.
 - C) revogação é a extinção do ato administrativo discricionário, por questão de mérito, feita pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, preservando os efeitos produzidos no passado.
 - D) revogação é a extinção do ato administrativo, por motivo de ilegalidade, feita pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, produzindo efeitos retroativos.
34. Em relação à Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que
- A) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
 - B) somente por lei complementar, poderá ser criada autarquia.
 - C) depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das sociedades de economia mista.
 - D) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
35. Em relação ao Poder de Polícia, podemos afirmar, corretamente, que
- A) exige que o Poder Público utilize sempre, previamente, a via judicial para executar suas decisões de policiamento administrativo.
 - B) tem sanções caracterizadas pela auto-executoriedade, sem exceção.
 - C) tem, como atributos específicos a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade.
 - D) permite ao Executivo distribuir e escalonar as suas funções, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
36. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, enumera uma série de direitos sociais conferidos aos trabalhadores urbanos e rurais, dentre eles,
- A) a participação nos lucros, a remuneração do trabalho noturno superior ao diurno e o direito de petição aos Poderes Públicos.
 - B) o seguro-desemprego, a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão e a proteção do mercado de trabalho da mulher.
 - C) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
 - D) a proibição da diferença de salários por motivo de cor, a liberdade de manifestação do pensamento e o direito de ação, quanto aos créditos resultantes da relação de trabalho.
37. No tocante ao trabalho da mulher e do menor, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é expressa ao afirmar que
- A) é vedada a consideração do sexo, da idade, da cor ou da situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional da mulher.
 - B) é permitido ao empregador ou preposto proceder a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.
 - C) ao responsável legal do menor, é proibido pleitear a extinção do contrato de trabalho.
 - D) o empregador que ocupar menores não será obrigado a conceder o tempo necessário para a frequência às aulas.
38. Analise as duas assertivas abaixo:
- I. O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal de 1988.
 - II. Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal de 1988.
- Assinale a alternativa correta, segundo as disposições constitucionais e o entendimento sumulado do TST.
- A) A I e a II estão incorretas.
 - B) Somente a I está correta.
 - C) A I está incorreta e a II está correta.
 - D) Ambas estão corretas.

39. Assinale o correto.

- A) O pedido deve ser certo ou determinado, porém é lícito formular pedido genérico nas ações universais, se o autor puder individualizar na petição os bens demandados.
- B) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e, no juízo, já houver sido proferida sentença de total procedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- C) O pedido deve ser certo ou determinado, porém é lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato ilícito.
- D) Não é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, quando entre eles não houver conexão.

40. Assinale a assertiva correta.

- A) No caso de revelia, o autor poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, sem que haja necessidade de nova citação do réu.
- B) O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- C) No caso de o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- D) O ônus da impugnação especificada dos fatos aplica-se ao advogado dativo e ao órgão do Ministério Público.

41. Considere as afirmativas abaixo.

- I. Dos despachos não cabe recurso.
- II. O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- III. Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo de instrumento.
- IV. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral.

Assinale o correto.

- A) Estão corretos apenas os itens I e II.
- B) Estão corretos apenas os itens II e IV.
- C) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.
- D) Todos os itens estão corretos.

42. Para fins de interposição de recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral. Sobre a matéria, assinale o **INCORRETO**.

- A) Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.
- B) Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária à súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.
- C) Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
- D) O Relator não poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado.

43. Assinale o **INCORRETO**.

- A) Praticará o crime de concussão o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.
- B) Para efeitos penais, não se equipara a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- C) Praticará o crime de condescendência criminosa o funcionário público que, por indulgência, deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.
- D) Praticará o crime de prevaricação, ocupante de cargo em comissão de sociedade de economia mista, que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

44. Assinale o **INCORRETO**.
- A) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo nos casos de sentença condenatória transitada em julgado.
 - B) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
 - C) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
 - D) Segundo o princípio da anterioridade da lei, não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
45. Em relação à aplicação da legislação tributária, é correto afirmar que a lei aplica-se
- A) a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, devendo-se sujeitar o contribuinte à aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
 - B) a ato pretérito, não definitivamente julgado, quando deixe de defini-lo como infração.
 - C) a ato pretérito, não definitivamente julgado, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, mesmo que o ato tenha sido fraudulento.
 - D) a ato pretérito, não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade mais severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
46. Em relação ao imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, assinale o correto.
- A) Poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
 - B) Não poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização do imóvel.
 - C) Não poderá ter alíquotas diferentes de acordo com o uso do imóvel.
 - D) É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área não incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano edificado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.
47. Assinale a alternativa que completa, corretamente, a frase: _____ extingue o crédito tributário.
- A) A moratória.
 - B) O depósito do seu montante integral.
 - C) O parcelamento.
 - D) A remissão.
48. Segundo o Código Civil, são absolutamente incapazes
- A) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
 - B) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
 - C) os pródigos.
 - D) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
49. Em relação aos direitos da personalidade, podemos afirmar, corretamente, que
- A) são sempre intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
 - B) salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
 - C) é válida e irrevogável, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
 - D) existe a possibilidade de que o paciente, mesmo contra a sua vontade, seja obrigado a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
50. É pessoa jurídica de direito público, **EXCETO**
- A) a União.
 - B) o Distrito Federal.
 - C) os Territórios.
 - D) a Empresa Pública.